



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Em milhares de Reais)

<b>ATIVO</b>	Nota	30/09/19	31/12/18
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		8.538	14.520
Caixa restrito	3.4	22.196	37.625
Contas a Receber de Clientes	4	21.484	8.035
Estoques		290	412
Créditos Fiscais a Recuperar	5	8.059	6.176
Valores a Receber	6	11.039	8.272
Outros Ativos		5.670	2.820
		<b>77.276</b>	<b>77.860</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Valores a Receber	6	48.953	40.773
Depósitos Judiciais	7	250.580	329.969
Partes Relacionadas	8	293.215	293.215
Bens em Processo de Cessão	9	4.926	4.926
Cauções e Depósitos Vinculados	10	317.290	284.108
Outros Ativos		588	539
		<b>915.552</b>	<b>953.530</b>
<b>Propriedade para Investimento</b>		4.792	4.792
<b>Imobilizado</b>	11	1.050.769	1.068.889
<b>Intangível</b>		163	372
		<b>1.971.276</b>	<b>2.027.583</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.048.552</b>	<b>2.105.443</b>



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Em milhares de Reais)

<b>PASSIVO</b>	Nota	30/09/19	31/12/18
<b>Passivo Circulante</b>			
Fornecedores		7.825	4.666
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	12	31.522	26.716
Obrigações Tributárias	13	118.119	113.677
Obrigações Contratuais	14	197.659	180.226
Benefícios Pós Emprego	15	305.272	274.094
Receitas Diferidas		7.023	7.023
		<b>667.420</b>	<b>606.402</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Obrigações Tributárias	13	930.090	924.362
Obrigações Contratuais	14	38.413	48.872
Benefícios Pós Emprego	15	218.552	308.875
Arrendamento Mercantil	16	828.600	748.760
Provisão Para Contingências	17	249.466	252.635
Receitas Diferidas		18.730	25.752
Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	18	205.861	195.697
		<b>2.489.712</b>	<b>2.504.953</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	19	2.455.537	2.455.537
Prejuízos Acumulados		(3.564.117)	(3.461.449)
		<b>(1.108.580)</b>	<b>(1.005.912)</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>2.048.552</b>	<b>2.105.443</b>



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/19	30/09/18
<b>Operações Continuadas</b>			
<b>Receita Operacional Líquida</b>		323.125	293.126
Custos da Operação	20	(72.430)	(75.057)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>250.695</b>	<b>218.069</b>
<b>Resultado Operacional</b>			
Despesas Gerais e Administrativas	21	(144.059)	(181.218)
Depreciação		(7.591)	(2.977)
Provisões Contábeis Líquidas	22	(8.270)	(33.740)
Outras Receitas Operacionais	23	9.572	40.197
Outras Despesas Operacionais		(4)	(34)
		<b>(150.352)</b>	<b>(177.772)</b>
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>100.343</b>	<b>40.297</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Resultado Financeiro Líquido	24	<b>(203.011)</b>	<b>(380.648)</b>
<b>Resultado do Exercício</b>		<b>(102.668)</b>	<b>(340.351)</b>
<b>Quantidade de Ações</b>		1.222.461.484	1.222.461.484
<b>Prejuízo por Ação do Capital Social (em Reais)</b>		(0,08)	(0,28)



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

<b>FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	30/09/19	30/09/18
<b>Fluxo da Atividade Principal</b>		
Resultado do Exercício	<b>(102.668)</b>	<b>(340.351)</b>
(+) Resultados Anteriores	0	0
(+) Depreciação e Amortização	19.673	7.842
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>(82.995)</b>	<b>(332.509)</b>
Contas a Receber	(13.449)	(1.328)
Estoques	122	(241)
Créditos Fiscais a Recuperar	(1.884)	(1.298)
Valores a Receber	(2.767)	(234)
Outros Ativos	(2.850)	(3.377)
Fornecedores	3.159	1.911
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	4.806	5.404
Obrigações Tributárias	4.441	18.115
Obrigações Contratuais	17.433	59.121
Benefícios Pós Emprego	31.178	30.156
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais</b>	<b>(42.806)</b>	<b>(224.280)</b>
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Varição do Realizável a Longo Prazo</b>	<b>37.979</b>	<b>(80.053)</b>
<b>Varição do Ativo Permanente</b>	<b>(1.344)</b>	<b>(2.361)</b>
Propriedade Para Investimentos	0	0
Imobilizado	(1.344)	(2.361)
Intangível	0	0
<b>Conta Única do Tesouro Nacional - SIAFI</b>	<b>15.429</b>	<b>6.196</b>
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento</b>	<b>52.064</b>	<b>(76.218)</b>
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Varição do Passivo Financeiro</b>	<b>(15.240)</b>	<b>291.406</b>
Empréstimos e Financiamentos	79.840	151.206
Receitas Antecipadas	(7.021)	(7.021)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.164	9.924
Outros Passivos	(98.223)	137.297
<b>Varição do Patrimônio Líquido</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Aumento de Capital	0	0
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(15.240)</b>	<b>291.406</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	<b>(5.982)</b>	<b>(9.092)</b>
<b>Caixa e Equivalentes no Início do Período</b>	<b>14.520</b>	<b>28.163</b>
<b>Caixa e Equivalentes no Fim do Período</b>	<b>8.538</b>	<b>19.071</b>



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
(Em milhares de Reais)

	30/09/2019	30/09/2018
<b>Receitas</b>	<b>329.116</b>	<b>276.664</b>
Tarifas Portuárias	72.022	69.797
Arrendamentos Operacionais e Aluguéis	260.150	235.037
Provisão para Perdas Estimadas	(50.619)	(33.874)
Reversão de Provisões	47.563	5.704
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(32.797)</b>	<b>(34.632)</b>
Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros	(19.179)	(22.940)
Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais	(7.502)	(6.038)
Outros custos	(6.116)	(5.654)
<b>Valor adicionado bruto produzido pela entidade</b>	<b>296.319</b>	<b>242.032</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>(19.673)</b>	<b>(7.842)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>276.646</b>	<b>234.190</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>106.982</b>	<b>79.130</b>
Receitas financeiras	106.460	79.004
Outras	522	126
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>383.628</b>	<b>313.320</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>383.628</b>	<b>313.320</b>
<b>Pessoal</b>	<b>159.120</b>	<b>165.505</b>
Remuneração Direta (Ativos, Cedidos e Estagiários)	73.088	69.496
Benefícios	32.530	38.240
Benefícios Pós-emprego	14.064	14.981
FGTS	7.154	7.566
INSS	21.234	23.603
Encargos	2.132	2.280
Provisões	7.325	7.898
Honorários da Diretoria, CONSAD e CONFIS	1.593	1.441
<b>Tributos</b>	<b>17.706</b>	<b>16.010</b>
Federais	12.978	12.149
Estaduais	1	32
Municipais	4.727	3.829
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>309.470</b>	<b>472.156</b>
Despesas financeiras	309.470	459.655
Contratos	0	12.501
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>(102.668)</b>	<b>(340.351)</b>



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30/09/2019

Descrição	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos Iniciais	2.455.537	(3.461.449)	(1.005.912)
Aumento de Capital	0	0	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0
Resultado do Exercício	0	(102.668)	(102.668)
Saldos em 30 de setembro de 2019	2.455.537	(3.564.117)	(1.108.580)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2018

Descrição	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos Iniciais	2.455.537	(3.442.964)	(987.427)
Aumento de Capital	0	0	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	331.236	331.236
Resultado do Exercício	0	(349.721)	(349.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.455.537	(3.461.449)	(1.005.912)

## **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**

### **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### **1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, com sede na Rua Acre, 21 Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A CDRJ tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado - RJ.

#### **2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras compreendem os resultados apurados no período compreendido entre 1º de julho de 2019 a 30 de setembro de 2019 – terceiro trimestre de 2019 – e estão sendo apresentadas em comparação ao mesmo período do exercício de 2018, nos termos no Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Nas operações realizadas com moedas estrangeiras, estas são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que forem diferidos no patrimônio, caso ocorram operações de hedge de fluxo de caixa. Atualmente, a Companhia possui transações em moeda estrangeira em contratos de arrendamento provenientes da extinta PORTOBRAS, conforme nota explicativa 16.

### **3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

São as seguintes, as práticas adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras:

#### **3.1 Apuração do Resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A CDRJ reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

#### **3.2 Demonstração do Resultado Abrangente**

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes os quais pudessem compor a demonstração do resultado abrangente.

#### **3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

#### **3.4 Caixa Restrito**

Representa os depósitos em Conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em Investimentos. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

#### **3.5 Instrumentos financeiros**

##### **(i) Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros em mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A Administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### **(ii) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado.

##### **(iii) Empréstimos e Recebíveis**

Os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não estão cotados em um mercado ativo. São incluídos



como ativos circulantes todos aqueles com prazo de vencimento até o último dia do exercício seguinte; caso contrário, estes são classificados como não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa de juros efetiva.

### **3.6 Contas a receber**

As Contas a Receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício. Do total do Contas a Receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas para todos os créditos vencidos e não recebidos há mais de 180 dias, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos. Também haverá a constituição de perdas para os créditos vencidos há menos de 180 dias, quando for improvável a realização do crédito, dentro do vencimento, por motivos previamente conhecidos.

### **3.7 Estoques**

Os estoques referem-se a itens de almoxarifado a serem utilizados nas atividades da empresa e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

### **3.8 Créditos Fiscais a Recuperar**

Correspondem aos saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos por outros órgãos públicos.

### **3.9 Bens em Processo de Cessão**

Uma vez classificados como bens disponibilizados para vendas e/ou cessão, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado. Os valores estão sendo informados na nota explicativa 9.

### **3.10 Cauções e Depósitos Vinculados**

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

### **3.11 Propriedade para Investimentos**

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

### **3.12 Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassa os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

### **3.13 Intangível**

O ativo intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

### **3.14 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais**

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, até a data do balanço.

### **3.15 Benefícios Pós-Emprego**

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

### **3.16 Arrendamento Mercantil**

Os valores provenientes de contratos de *leasing*, recebidos por transferência da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS, são atualizados pelas taxas iniciais contratadas, mantidos no passivo até a liquidação da dívida, conforme detalhado na nota explicativa 16.

### **3.17 Provisões para Contingências**

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte reclamada, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

### 3.18 Receitas Diferidas

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de cessão de créditos futuros, da carteira de clientes da CDRJ, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, em atendimento ao regime de competência.

### 3.19 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

## 4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	30/09/2019	31/12/2018
Clientes Nacionais	197.327	180.953
(-) Perdas Estimadas	(175.843)	(172.918)
<b>Totais</b>	<b>21.484</b>	<b>8.035</b>

## 5 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	30/09/2019	31/12/2018
Imposto de Renda	7.024	5.455
Contribuição Social	1.035	721
<b>Totais</b>	<b>8.059</b>	<b>6.176</b>

## 6 – VALORES A RECEBER

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Município do Rio de Janeiro	6.456	6.306	40.656	40.773
Convênio CDRJ x INEA	1.200	1.200	0	0
Acordos – Créditos a Receber	2.716	0	8.297	0
Outros Valores a Receber	667	766	0	0
<b>Totais</b>	<b>11.039</b>	<b>8.272</b>	<b>48.953</b>	<b>40.773</b>

**Município do Rio de Janeiro** compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária.

O **Convênio CDRJ/INEA** refere-se ao repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0. Após o término do contrato, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização no valor de R\$ 700 mil) que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e propôs o ajuizamento de ação visando o ressarcimento do saldo remanescente, devidamente atualizado.

**Acordos – Créditos a Receber** compreende o saldo a receber referente aos acordos de confissão de dívidas firmados com clientes.

## **7 – DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios:

	<b>30/09/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Ações Judiciais - IPTU	13.409	13.408
Ações Judiciais - Portus	131.250	230.881
Outras Ações Judiciais	105.921	85.680
<b>Totais</b>	<b>250.580</b>	<b>329.969</b>

**As Ações Judiciais – IPTU** tratam de pedidos de reconhecimento de imunidade tributária, em face dos Municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis, nas quais foram depositados em juízo os valores correspondentes ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU dos exercícios de 2013 a 2015.

**As Ações Judiciais – Portus** são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos:

0105594-59.2004.8.19.0001 – 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0038850-87.2001.8.19.0001 – 33ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0148310-43.2000.8.19.0001 – 49ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0019587-82.2013.4.02.5101 – 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro

**Outras Ações Judiciais** compreendem os depósitos judiciais no processo da verba salarial denominada VPNI, no valor aproximado de R\$ 29.201 mil (R\$ 22.468 mil, em 2018), além dos bloqueios em processos cíveis, trabalhistas e tributários.

## **8 – PARTES RELACIONADAS**

A Companhia mantém recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, segundo nota explicativa 3.4. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram transferidos, através do SIAFI, os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

## **9 – BENS EM PROCESSO DE CESSÃO**

São terrenos na área do porto organizado de Itaguaí, baixados para cessão à União para utilização no programa de construção da Base e Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Comando da Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado de 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº 50, de 10/08/2010. O valor encontra-se registrado nesta conta aguardando o encerramento do processo de dação dos bens, que terá como contrapartida a redução da participação da União no Capital Social da Companhia.

## **10 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS**

Os seguintes valores compõem o grupo:

	<b>30/09/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Recursos Bloqueados RSD	9.232	9.232
Bloqueios em Conta Corrente	149.628	126.266
Bloqueios em Ações do Leasing	145.498	137.197
Recursos Judiciais	12.932	11.413
<b>Totais</b>	<b>317.290</b>	<b>284.108</b>

**Recursos Bloqueados RSD** referem-se aos valores de Reembolso de Serviço de Dragagem depositados no BNDES como garantia aos contratos de *Leasing* da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

**Bloqueios em Conta Corrente** são relativos a diversas ações trabalhistas e algumas cíveis, com pedido de penhora judicial em conta bancária.

**Bloqueios nas Ações do Leasing Portobrás** são penhoras na receita da CDRJ para garantia dos processos judiciais nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter-Atlântico de Arrendamento Mercantil, e nº 0102697-82.2009.8.19.000, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A.

**Recursos Judiciais** registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas.

## 11 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim composto:

	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Líquido 30/09/2019</b>	<b>Líquido 31/12/2018</b>
Bens em Operação	992.001	(154.117)	837.884	858.629
Bens - Administração	281.897	(132.534)	149.363	143.397
Imobilizado em Andamento	48.006	0	48.006	51.292
Imobilizado a Classificar	16.321	(805)	15.516	15.571
<b>Totais</b>	<b>1.338.225</b>	<b>(287.456)</b>	<b>1.050.769</b>	<b>1.068.889</b>

## 12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

O grupo está composto da seguinte maneira:

	<b>30/09/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Remunerações	7.796	10.054
Consignações	325	391
Mesada Judicial	222	284
Provisões e Encargos	23.179	15.987
<b>Totais</b>	<b>31.522</b>	<b>26.716</b>

## 13 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	<b>Circulante</b>		<b>Não Circulante</b>	
	<b>30/09/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>30/09/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
IPTU	13.530	13.191	0	0
ISS	3.181	3.382	490.995	469.334
Parcelamentos Federais	65.811	37.730	439.095	455.028
PASEP/COFINS	3.680	27.709	0	0
IR e CSLL	8.883	7.690	0	0
INSS/FGTS	3.787	5.099	0	0
ATP	6.820	6.820	0	0
Taxa de Ocupação	11.509	11.322	0	0
Outros	918	734	0	0
<b>Totais</b>	<b>118.119</b>	<b>113.677</b>	<b>930.090</b>	<b>924.362</b>

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a dois acordos de pagamento com o Município do Rio de Janeiro, de débitos inscritos em Dívida Ativa em 2009, inscrições 1810258-2 e 3017358-7, os quais a CDRJ não recolhe desde janeiro de 2013, além dos impostos relativos aos exercícios de 2016 e 2017 dos Municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

O **ISS** de curto prazo refere-se ao recolhimento mensal habitual, além de valores de exercícios anteriores, em cobrança amigável. Os valores do longo prazo, vencidos e não pagos desde julho de 1989, estão sendo cobrados pelo Município do Rio de Janeiro por meio de seis processos judiciais, em fase de execução, que tramitam na 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital.

Os **Parcelamentos Federais** compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, dois parcelamentos ordinários – Previdenciário e PIS/COFINS, aderidos em 28 de maio de 2018 e 13 de julho de 2018, respectivamente, um acordo com a PGFN – Negócio Jurídico Processual – assinado em 29 de maio de 2019, além de dois processos de pagamento mensal de multas aplicadas pela ANTAQ.

O **ATP** – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, conseqüentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida.

#### **14 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

As obrigações contratuais, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Adiantamento de Cliente	4.919	6.481	0	0
Expansão Terminal 1	15.322	21.081	38.413	48.872
Cessão de Crédito	174.571	149.898	0	0
Outros	2.847	2.766	0	0
<b>Totais</b>	<b>197.659</b>	<b>180.226</b>	<b>38.413</b>	<b>48.872</b>

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da CDRJ, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária. O término do contrato está previsto para 16 de janeiro de 2023. A CDRJ vem amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela Libra, referentes à parte fixa e variável do arrendamento.

A **Cessão de Crédito** refere-se aos contratos firmados entre a CDRJ e a União, nos quais a CDRJ transferiu à União parte dos direitos de créditos decorrentes dos contratos de arrendamento firmados com a Libra Terminal Rio e Sepetiba Tecon, vencíveis até o exercício de 2023. A União efetuou o pagamento à CDRJ em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, com objetivo exclusivo de quitação de passivo trabalhista. Os valores contabilizados referem-se às parcelas não recolhidas, ou recolhidas parcialmente, e à atualização de valores pagos em atraso.

## 15 – **BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

A CDRJ é patrocinadora, em conjunto com as demais empresas do sistema portuário, de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade de previdência complementar, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. A CDRJ contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

A responsabilidade da patrocinadora CDRJ, incluindo o déficit atuarial, conforme informações apresentadas pelo Portus no seu relatório referente ao exercício de 2018, é de, aproximadamente, R\$ 701.611 mil (R\$ 954.493 mil em 2017). Faz-se necessário registrar que a diferença entre os valores apresentados pelo Portus e aqueles reconhecidos pela CDRJ continuam em controvérsia, motivo pelo qual a questão está sendo discutida na esfera judicial.

A CDRJ e o PORTUS – Instituto de Seguridade Social assinaram, no dia 1º de outubro de 2015, termo de confissão de dívidas, com indicação de forma de pagamento de contribuição patronal. O acordo foi consequência da criação, pela Presidência da República, de um grupo de trabalho com a finalidade de apurar a dívida das patrocinadoras com o Portus. Entretanto, os repasses da União ocorreram apenas no exercício de 2016 e não foram suficientes para liquidar o débito confessado.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Contribuições Correntes	876	2.842	0	0
Confissão de Dívidas	304.396	271.252	0	0
RTSA	0	0	218.552	308.875
<b>Totais</b>	<b>305.272</b>	<b>274.094</b>	<b>218.552</b>	<b>308.875</b>

## 16 – **ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Trata-se de contratos de *leasing* de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRAS para a CDRJ, administrados pelas seguintes empresas:

- Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil (Banco J.P. Morgan S/A)
- Comind *Leasing* Arrendamento Mercantil S/A; (Brooklin Empreendimentos S/A)
- Unibanco *Leasing* S/A (DIBENS Leasing S.A)
- Manufactures Hannover (Banco J.P. Morgan S/A)



Em relação ao contrato firmado com a Companhia Inter Atlântico, em 03 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% (quarenta por cento) da receita bruta da CDRJ, até o valor aproximado de R\$ 135,6 milhões, para garantia do processo judicial nº 0190316-36.1998.8.19.0001, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível. No exercício de 2011, houve liberação de recursos ao Banco J.P. Morgan, agente financeiro da Credora. A execução foi extinta em 22 de novembro de 2015, época em que a credora deu quitação da dívida.

Quanto ao contrato firmado com o Comind, em 21 de setembro de 2010 foi expedida intimação pelo TJ/RJ, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº 0102697-82.2009.8.19.000, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A, adquirente dos direitos creditórios da Comind. Também houve liberação de recursos bloqueados no exercício de 2011. A execução foi extinta em 30 de janeiro de 2017.

A CDRJ entendeu que os valores bloqueados superaram as ordens de bloqueio e entrou com pedido junto à 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro para a liberação do saldo remanescente. Apesar do pedido, os valores foram transferidos para as demais execuções judiciais movidas pela DIBENS Leasing S.A (sucessora da Unibanco Leasing) e pelo Banco J.P. Morgan, detentora dos direitos da Manufactures Hannover.

As execuções em curso (DIBENS e J. P. Morgan) tramitam na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com ordem de penhora no faturamento da CDRJ.

Os valores foram contratados em moeda estrangeira e permanecem registrados na contabilidade, devidamente atualizados:

	Não Circulante	
	30/09/2019	31/12/2018
Unibanco	156.786	141.661
Hannover	671.814	607.099
<b>Totais</b>	<b>828.600</b>	<b>748.760</b>

## 17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	30/09/2019	31/12/2018
Trabalhistas	247.894	251.013
Cíveis	356	406
Tributárias	1.216	1.216
<b>Totais</b>	<b>249.466</b>	<b>252.635</b>

As Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados e estimativas sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, na hipótese de condenação por sentença definitiva. Os critérios utilizados pela Superintendência Jurídica para apuração dos montantes e classificação das demandas estão relacionados ao andamento dos processos. Assim, nos casos de execução, o valor estimado considerado como perda provável será o valor da condenação e, nos casos em que os processos se encontram em fase de cognição, será o valor da causa. As ações demandam apuração em sede de procedimento judicial específico de liquidação, o que é sempre realizado no momento processual adequado, individualmente, por perícia/assistência técnica, resguardado o interesse da Companhia. A empresa Rosi, Rajão Sociedade de Advogados atua nos processos trabalhistas. As ações Cíveis e Tributárias são acompanhadas pelos advogados da Companhia.

### 17.1 – Perdas Possíveis Não Provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 831.336 mil, sendo:

- Ações Trabalhistas - R\$ 64.240
- Ações Cíveis - R\$ 164.144
- Ações Tributárias - R\$ 602.952

### 18 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Os valores sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998.

O grupo possui a seguinte composição:

	30/09/2019	31/12/2018
Repasso ao Portus (2013 a 2016)	193.402	183.853
Subscrição do Estado do Rio de Janeiro	2	2
Modernização Portuária	10.076	9.579
Gerenciamento de Resíduos	1.191	1.132
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.190	1.131
<b>Totais</b>	<b>205.861</b>	<b>195.697</b>

### 19 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, no montante de R\$ 2.455.537 mil está representado por 1.222.461.484 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	611.151.091	611.151.092	1.222.302.183
Estado do Rio de Janeiro	79.651	79.650	159.301
<b>Totais</b>	<b>611.230.742</b>	<b>611.230.742</b>	<b>1.222.461.484</b>

O último aumento de Capital Social da Companhia foi homologado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 2015.

Respalhada na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, a CDRJ resgatou as ações de propriedade de acionistas privados, no exercício de 2018, o que resultou na alteração de sua forma jurídica para Empresa Pública.

## 20 – CUSTOS DA OPERAÇÃO

Os custos das operações possuem a seguinte composição:

	30/09/2019	30/09/2018
Pessoal e Encargos	40.681	49.979
Manutenção	9.080	10.919
Serviços de Terceiros	4.110	3.538
Depreciação e Amortização	11.873	4.656
Provisões	2.197	2.369
Impostos e Taxas	4.489	3.596
<b>Totais</b>	<b>72.430</b>	<b>75.057</b>

## 21 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O grupo possui a seguinte composição:

	30/09/2019	30/09/2018
Pessoal e Encargos	111.114	136.197
Manutenção	9.174	11.503
Serviços de Terceiros	2.273	2.407
Legais e Judiciais	6.858	5.122
Contratuais	-	12.501
Outras	14.640	13.488
<b>Totais</b>	<b>144.059</b>	<b>181.218</b>

Os encargos com a atualização dos contratos de cessão de créditos, citados na nota explicativa 14, classificados como **Despesas Contratuais**, passaram a ser registradas como despesas financeiras, no 3º trimestre de 2018.

As **Despesas Legais e Judiciais** compreendem os gastos com custas processuais, perícias judiciais e pagamentos de condenações cujas provisões de perdas não foram estimadas pela Superintendência Jurídica, ou foram estimadas a menor.

## 22 – PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

As Provisões estão compostas da seguinte maneira:

	30/09/2019	30/09/2018
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.275)	(33.811)
Provisão de Férias	2.032	2.100
Provisão para o 13º Salário	(4.553)	(5.125)
Provisão para FGTS do 13º Salário	(387)	(404)
Provisão para Contingências	(87)	3.500
<b>Totais</b>	<b>(8.270)</b>	<b>(33.740)</b>

O registro das **Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa** leva em consideração os créditos vencidos há mais de 180 dias e não pagos até a data do balanço, além daqueles que, embora vencidos há menos tempo, apresentam incerteza quanto à sua liquidez.

## 23 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	30/09/2019	30/09/2018
Aluguel	8.857	8.903
Multas Aplicadas	11	2.648
Recuperação de Vencimentos	-	28.329
Outras	704	317
<b>Totais</b>	<b>9.572</b>	<b>40.197</b>

A conta **Recuperação de Vencimentos**, que registra o recebimento do ressarcimento com os gastos relativos aos empregados da CDRJ cedidos a outros órgãos ou entidades, deixou de ser contabilizada como receita, no exercício de 2019, e passou a compor o grupo das contas redutoras do grupo Gastos com Pessoal.

## 24 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O grupo possui a seguinte composição:

	30/09/2019	30/09/2018
Receitas Financeiras	29.995	6.819
Despesas Financeiras	(175.521)	(257.108)
Variações Monetárias Ativas	76.465	72.185
Variações Monetárias Passivas	(133.950)	(202.544)
<b>Totais</b>	<b>(203.011)</b>	<b>(380.648)</b>

## **25 – REMUNERAÇÃO PAGA**

As remunerações pagas pela empresa aos seus diretores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos foram:

	Valores expressos em Reais	
	30/09/2019	30/06/2019
Maior remuneração paga aos diretores	40.880,16	40.495,82
Maior remuneração paga aos empregados	62.348,90	58.216,72
Menor remuneração paga aos empregados	1.325,54	1.325,54
Remuneração média aos empregados	10.888,30	12.092,92

## **26 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações, ocorreu em 14 de novembro de 2019

FRANCISCO A. M. LARANJEIRA  
DIRETOR – PRESIDENTE  
CPF Nº 332.852.767-20

SHALON CHARLES S. GOMES  
DIRETOR  
CPF Nº 014.363.387-27

JEAN PAULO CASTRO E SILVA  
DIRETOR  
CPF Nº 771.428.456-00

HELIO SZMAJSER  
DIRETOR  
CPF Nº 553.615.367-68

EDUARDO PIRES SOARES  
CONTADOR – CRC/RJ 110913/O-7  
CPF Nº 080.022.657-77